

COMUNICADO da DIRECÇÃO GERAL

da A.A.C.

N.º 39

20-1-76

1- O MEIC cortou em cerca de 35% as dotações orçamentais que eram pedidas este ano para a Universidade de Coimbra. Por outro lado as dotações concedidas este ano para cada Escola são inferiores em números absolutos às do ano transacto, embora os encargos previstos sejam bastante maiores.

2- A argumentação normalmente utilizada é a da falta de dinheiro. Todavia uma análise um pouco mais aprofundada desta situação demonstrou que não é esse a razão real. Um primeiro facto, escandaloso, é a confirmação do pagamento a professores senecados pelo seu comprometimento com o fascismo. O não reconhecimento desta medida elementar, o senecamento dos fascistas, para da fase da própria Revolução de 25 de Abril conduz a situações como esta: Na Faculdade de Letras, em Coimbra, o Estado, (o nove) paga mais de um milhar de contos por curso para sustentar homens que toda a gente considera indignos da função docente e que ainda por cima são inimigos declarados do processo democrático.

3- O MEIC por outro lado poderia estar interessado em não financiar projectos inviáveis ou situações de tal degradação que qualquer financiamento seria desperdiçar dinheiro. Todavia o próprio MEIC sabe que não é esse o caso da Universidade de Coimbra. E haverá que explicar: porquê a dotação orçamental para a "Universidade Nova" aumenta de 140.000 contos para 200.000? Se não há dinheiro, porque é que há dinheiro para investir numa Faculdade de Pedagogia 200.000 contos?

4- Deve haver boas razões que justifiquem um facto como este: a Universidade de Aveiro tem, por exemplo, uma secção de Geologia com um corpo de professores pago para ensinar ninguém (não há estudantes inscritos)- A Universidade de Coimbra tem uma faculdade de Ciências e esta tem um departamento de Geologia que por sua vez tem melhores materiais de estudo e que ainda por cima tem estudantes inscritos. Mas a Faculdade de Ciências tem um sonho: o orçamento que lhe é atribuído é insuficiente e pode levar ao encerramento de alguns departamentos por insuficiência de pessoal docente.

5- Não dispomos de dados suficientes para nos alongarmos muito, nas verdadeiras razões desta política. Os pesadelos tecnocráticos do senhor Brotes devem ter alguma coisa a ver com isso. A política do ministro das Finanças também. E o jogo obscuro de certos interesses e certas forças políticas terão pesado discretamente mas eficazmente em certas decisões.

6- O que é certo é que está criada uma situação cujas consequências não são difíceis de adivinhar: insuficiência de pessoal docente, por impossibilidade de fazer novos contratos ou

COMUNICADO DA
DIRECÇÃO GERAL

mesmo de pagar alguma cujas aprovações se esperem; impossibilidade de proceder a melhorias e alargamento de instalações ou de outras obras indispensáveis. Isto conduz ao perigo de paralização da Universidade, pelo menos em parte, e ao abaixamento do seu nível pedagógico e científico. Outras consequências, como por exemplo, o comprometimento dos planos de reconversão de funcionários serão o resultado desta política orçamental.

7- A D.G. pediu uma entrevista com o Sr. Reitor por causa deste problema. Fomos informados que estão a ser feitas diligências, junto do MEIC para que sejam revistas estas decisões. Por parte de todas as estruturas democráticas da Escola, Comissões de Gestão, Comissões de Curso, Assembleias de Escola, etc., há que tomar posições e iniciativas no sentido de precionar a solução possível deste problema. Por outro lado devemos manter uma permanente atenção à sua evolução e à eventualidade de podermos ter de levar a cabo formas de luta mais avançadas para que sejam revistas estas decisões, cujas consequências lesam gravemente os estudantes.

A Direcção-Geral da A.A.C.